



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

Edição n. 2512

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	2
Avisos de Licitações.....	3
Editais.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	14
-------------	----



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 412/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVERTER

- nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n. 10.098/94, a aposentadoria do servidor LOEDIR LUIZ DASSI, Técnico em Informática – Equipamentos, classe “M”, ID N. 3431630, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, aposentado, por invalidez permanente, em 18 de março de 2016, através da Portaria n. 0770/2016, registrada no Boletim n. 087/2016, retificada pela Portaria n. 3259/2016, registrada no Boletim n. 330/2016, publicada no DEMP de 04 de outubro de 2016, com base no artigo 40, § 1º, inciso I, e § 9º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, observadas as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional n. 70/2012, e artigo 158, inciso I, §§ 1º, 2º e 4º, da Lei Complementar n. 10.098/1994 (Port. 3503/2018).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 07/11/2018, no cargo de Agente Administrativo, Classe “M”, SILVIA RIBEIRO, tendo entrado em exercício em 03/12/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE ADESÃO
PROCESSO N. 01236.000.180/2018**

CONTRATADA: MICROSENS S/A; **OBJETO:** fornecimento de oitenta escâneres de mesa; **VALOR TOTAL:** R\$ 98.086,40; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5235; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimento PGJ/RS n. 47/06 – adesão à Ata de Registro de Preços n. 267/2018 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de novembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**2º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 199/2016
PROCESSO SPI N. 00699-09.00/16-8**

CONTRATADA: MARCOCAR MECÂNICA DE VEÍCULOS LTDA ME; **OBJETO:** prorrogar, por 12 (doze) meses a vigência do contrato, a contar de 09 de janeiro de 2019, consignar a renúncia, pela CONTRATADA, ao reajuste de preços a que teria direito nos termos do item 3.8 da cláusula terceira da avença no que concerne ao período, ficando mantido o valor vigente e alterar a cláusula décima primeira do ajuste, passando a valer: 11.1 A gestão do contrato ficará a

cargo da Unidade de Gestão de Contratos do CONTRATANTE, localizada nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n. 106, 20º andar, Centro, telefone n. (51) 3295-8240, e-mail contratos@mprs.mp.br. 11.2 A designação do fiscal e de seu substituto será determinada por meio de termo de designação, a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **VALOR TOTAL:** R\$ 96.864,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica: 3.3.90.39/3932 e 3.3.90.30/3033; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea b, e § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PR.00880.00011/2014-1**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e o Promotor de Justiça PABLO DA SILVA ALFARO, ID n.3252426. **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IY14352, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PR.02416.00009/2017-1**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça JOCELAINE DUTRA PAINS, ID n. 3437701. **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa IYS 4900, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO TERMO DE ACORDO
PARA USO DE VEÍCULO PARTICULAR
PR.01542.00222/2018-3**

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, e a Promotora de Justiça LUCIANA CANO CASAROTTO, ID n.3432670. **OBJETO:** permissão de uso, mediante indenização, do veículo particular placa ISP 6324, a ser usado na execução de tarefas e serviços no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com o Provimento n. 30/2018.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE ENGENHARIA N. 184/2017
PROCEDIMENTO N. 02405.000.222/2017
TOMADA DE PREÇO N. 05/2017**

CONTRATADA: P&B ENGENHARIA LTDA EPP; **OBJETO:** acrescentar e suprimir, ao objeto do ajuste, materiais e serviços, resultando no acréscimo, ao preço total da avença, da quantia de R\$ 72.116,25 (setenta e dois mil, cento e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), conforme planilha orçamentária apresentada pela CONTRATADA e tabela resumo abaixo:

	Material	Mão de obra	Total
Acréscimo	R\$ 62.751,08	R\$ 14.215,33	R\$ 76.966,41
Supressão	-	-	-
Total	R\$ 2.993,52	R\$ 1.856,64	R\$ 4.850,16

prorrogar o prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 03 (três) meses, a contar de 10 de janeiro de 2019, prorrogar a vigência contratual, por 03 (três) meses, a contar de 25 de junho de 2019 e desmembrar o pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 03 (três) parcelas. **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 57, § 1º, incisos I e IV, e 65, incisos I, alínea "a" e "b", e § 1º, e II, alínea "c", da Lei Federal n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 183 /2017
PROCEDIMENTO N. 02405.000.229/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N. 101/2017**

CONTRATADA: SOFTWARE PROCESS CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 22 de janeiro de 2019; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusula sétima do ajuste.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N. 201/2016
PROCESSO N. 2067-09.00/16-2
PREGÃO ELETRÔNICO N. 114/2016**

CONTRATADA: DEDETSET CONTROLE DE PRAGAS E VETORES LTDA ME; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato por 12 (doze) meses a contar de 09 de janeiro de 2019 e Alterar os itens 11.1 e 11.2 da cláusula décima primeira, que passam a ter as seguintes redações: 11.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Unidade de Gestão de Contratos do CONTRATANTE, localizada nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n. 106, 20º andar, Centro, telefone n. (51) 3295-8070, e-mail: contratos@mprs.mp.br 11.2 A designação do fiscal e de seu substituto será determinada por meio de termo de designação, a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado

do Rio Grande do Sul.; **VALOR TOTAL:** R\$ 41.318,02; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.37, Rubrica 3701; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, bem como na cláusula sétima do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS N. 198/2018
PROCEDIMENTO 02405.000.260/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 121/2018**

CONTRATADA: SPONCHIADO JARDINE VEÍCULOS LTDA.;
OBJETO: aquisição de veículos automotivos;

Item	Descrição	Qtde	Marca/Modelo	Valor unitário	Valor Total
02	Veículos novos, 0 km, tipo sedan, ano/modelo 2018/2018 e/ou 2019, conforme especificações do item 2.II do Anexo I	3Un	CHEVROLET/ CRUZE LTZ 1.4 C SINALIZADOR	R\$ 99.500,00	R\$ 298.500,00
08	Veículos novos, 0 km, tipo caminhonete, ano /modelo 2018/2018 e/ou 2019, conforme especificações do item 2.VIII do Anexo I	1Un	CHEVROLET/ S-10 LT CD DIESEL 4X4 C CAPOTA FIBRA	R\$ 138.600,00	R\$ 138.600,00

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 437.100,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5201; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n. ºs 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.S 33/08 e 47/05, Lei Complementar n. º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.s 8.666/93 e 10.520/02 e Provimento PGJ/RS n. 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
PROCEDIMENTO 02405.000.260/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor José Adriano Ribeiro D'Ávila e, como seu substituto, o servidor Mario Airton Garcia Menna.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 131/2018 (PGEA n. 00677.000.386/2018) **Tipo:** Menor preço global. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de



modernização e adequações (*Retrofit*), com fornecimento de materiais, para o sistema de automação predial da Sede Institucional, conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 14/12/2018, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 14/12/2018, às 14 horas. **Local:** www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n. 13.191/09, Lei n. 10.520/02, LC n. 123/06 e Lei n. 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2018.

MARIANO WESTPHALEN LORENZON,
Pregoeiro.

EDITAL N. 260/2018

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n. 0743/2018, publicada no Boletim n. 084/2018, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 22/03/2018, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, serão eliminados os documentos constantes no Termo de Eliminação de Documentos n. 323/2018 preenchidos de acordo com a Tabela de Temporalidade de Documentos, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, http://www.mprs.mp.br/gestao_documental/ e na Unidade de Gestão Documental, Protocolo e Expedição, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

DIOMAR JACINTA RECH,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N. 57/2018

A COORDENADORA DO CAO DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01754.000.229/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Eduardo Schröder Prediger. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado.

OBJETO: Péssimas condições de trafegabilidade nas rodovias RS 332 (Encantado-Arvorezinha) e 425 (Encantado-Nova Brésia). INVESTIGADO(S): DAER/RS - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Construtora Giovanella Ltda. LOCAL DO FATO: Encantado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01754.000.216/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Eduardo Schröder Prediger. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Má prestação do serviço de telefonia pela Operadora VIVO. INVESTIGADO(S): Operadora VIVO. LOCAL DO FATO: Encantado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01646.000.260/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 4. OBJETO: Apurar a qualidade do serviço público de fornecimento de água prestado pela CORSAN diante das inúmeras reclamações de consumidores em virtude das recorrentes faltas de água em diversos bairros de Estância Velha. INVESTIGADO(S): Corsan Estância Velha. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01646.000.289/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Estância Velha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Amorim Carpes. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 4. OBJETO: Apurar lesão ao direito do consumidor decorrente de descumprimento do princípio da boa-fé objetiva, que deve nortear as partes contratantes, ainda que em caso de rescisão da avença. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Estância Velha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01698.000.448/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Gonzalez Tavares. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão. OBJETO: Estabelecimento com documentação irregular - Notificado pela Brigada Militar - Corpo de Bombeiros. INVESTIGADO(S): Funerária Santo Antonio. LOCAL DO FATO: Jaguarão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00814.00068/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fabiano Redivo Silva. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar possíveis riscos à saúde e à segurança de consumidores causados pelo funcionamento de um restaurante denominado "Bom Apetite", situado na Rua São Leopoldo, n. 347, Bairro Liberdade, Novo Hamburgo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01631.001.237/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Ricardo Colpo Marchesan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: Prática abusiva da



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

universidade UniRitter na cobrança para emissão de diversos documentos necessários e indispensáveis ao aluno. INVESTIGADO(S): Uniritter - Sociedade de EducaCAO Ritter dos Reis Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01706.000.500/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: Falta de abastecimento de água de qualidade na localidade de Cantagalo, no Município de Santo Antônio da Patrulha. INVESTIGADO(S): Município de Santo Antônio da Patrulha. LOCAL DO FATO: Linha Cantagalo, Santo Antônio da Patrulha.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00876.00046/2015. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Augusto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Melo de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto. OBJETO: Apurar eventual deficiência na estruturação da Vigilância Sanitária Municipal de Santo Augusto e eventual insuficiência da fiscalização municipal nos estabelecimentos que comercializam produtos de origem animal. INVESTIGADO: Poder Executivo do Município de Santo Augusto, pessoa jurídica de direito público, representada pelo Prefeito Municipal. LOCAL: Santo Augusto/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.395/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Descumprimento de licença de operação, manter em depósito e comercializar pescado beneficiado sem procedência, por parte da Peixaria Astro Rei, endereço Av. Rio Grande, 637, Centro, em Imbé. INVESTIGADO(S): Rivadavia da Silva Bacelar, Janaina Graciano da Silva ME (Astro Rei Pescado), Janaina Graciano da Silva. LOCAL DO FATO: Imbé.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de Novembro de 2018.

CAROLINE VAZ,
Coordenadora do CAO do Consumidor e da Ordem Econômica.
De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 236/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00794.00038/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diolinda Kurlle Hannusch. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da

Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. OBJETO: fiscalização anual acerca da regularização do funcionamento da atividade especial de acolhimento institucional de idosos no Residencial Geriátrico Noblesse. INVESTIGADO(S): Noblesse Residencial Geriátrico. LOCAL DO FATO: Ijuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00862.00007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nádia Baron Ricachenevsky. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar eventual falta de acessibilidade em ônibus da empresa Sayonara, Auto Viação Monte Alverne Ltda, que faz itinerário Municipal. INVESTIGADO(S): Auto Viação Monte Alverne Ltda e Município de Santa Cruz do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.676/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Vistoriar permanentemente a ILPI Residencial Geriátrico Morada das Flores, Razão Social Julio Cesar Toledo da Silva - ME, localizada na Rua Catarinaro Andreatta, n. 190, Bairro Vila Nova, nesta Capital. INVESTIGADO(S): ILPI JULIO CESAR TOLEDO DA SILVA - Residencial Geriátrico Morada das Flores. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01752.000.155/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Plínio Castanho Dutra. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: ILPI, localizada no bairro Itaí, Residencial Geriátrico Vida e Saúde. INVESTIGADO(S): CASA GERIÁTRICA VIDA E SAÚDE. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos.
De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 240/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00794.00043/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Valério Cogo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí. OBJETO: Apurar a



possibilidade de melhoria do atendimento pediátrico no município de Ijuí, que vem sendo oferecido pelo HOSPITAL DE CARIDADE DE IJUI. INVESTIGADO(S): Hospital de Caridade de Ijuí. LOCAL DO FATO: Ijuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00120/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Denilson Belegante. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Denilson Belegante. OBJETO: Verificar eventuais irregularidades na ILPI SÃO JOSÉ E JOÃO XXIII, em decorrência do Projeto Institucional de Fiscalização de Idosos em entidades asilares. INVESTIGADO(S): ILPI São José e João Xxiii. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00053/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Menin. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Investigação sobre as práticas dos profissionais do Hospital Viamão nos trabalhos de pré-natal, parto, nascimento e puerpério, para avaliação da utilização de técnicas de humanização do atendimento. INVESTIGADOS(S): Hospital de Viamão - Fundação Universitária de Cardiologia e Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00056/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Menin. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Facilitação de emissão de certidões negativas de indeferimento dos pedidos administrativos de medicamentos pela Farmácia Pública. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00057/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Menin. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar se a UPA 24h está exigindo acompanhante à pessoa idosa para dar-lhe assistência no leito, em afronta à disposição do art. 16 da Lei n.10.741/2003, que assegura o direito ao acompanhamento. INVESTIGADOS(S): Instituto Lagos-Rio e Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.818/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar deficiências na infraestrutura, atendimento e recursos humanos na ESF Jardim Protásio Alves. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre - Secretaria Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00059/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7ª cargo de Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Residência Geriátrica Pôr do Sol Ltda., apontadas pela CGVS/SMS nas Notificações n. 15075 (fls. 30 v.), 21804 (fl. 67), 21805 (fl. 67 v.), bem como pela PJDDH nas visitas realizadas em 2016 (fls. 05/07), 2017 (fls. 49/51), 2018 (fls. 102/104). INVESTIGADO(S): ILPI Residência Geriátrica Pôr do Sol Ltda., nome fantasia "Residência Geriátrica Pôr do Sol", inscrita no CNPJ n. 05.602.520/0001-98, estabelecida na Av. Cinco de Novembro, n. 43, bairro Teresópolis, nesta Capital. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01538.000.067/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: Apurar a existência de ILPI, em funcionamento na residência da Sra. Olicia Fraga, localizada na Rua Major João Marques, 2336, no Bairro Albatroz, em Osório-RS, em desacordo com as normas legais. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 241/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00127/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Verificação de irregularidades no atendimento a pessoa com deficiência na agência dos Correios, do Centro de Caxias do Sul.

LOCAL DO FATO: Caxias do Sul. REPRESENTANTE: Daniela Priscila Stavitzki. REPRESENTADO: Empresa Brasileira de Correios de telégrafos - CORREIOS. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00121/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Verificação de irregularidades no atendimento à pessoa com deficiência na UBS Cristo Redentor. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul. REPRESENTANTE: Daniela Priscila



Stavitzki. REPRESENTADO: Secretaria Municipal de Saúde.
LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01740.000.226/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cerro Largo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Luis Negrão Duarte. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 3. OBJETO: possíveis irregularidades quanto à contratação e aos repasses aos laboratórios credenciados pelo SUS no Município de Cerro Largo. INVESTIGADO(S): Município de Cerro Largo. LOCAL DO FATO: Cerro Largo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00819.000.274/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Panambi. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Mattioni. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi. OBJETO: Acompanhamento das políticas públicas municipais no que tange ao abrigo e demais medidas de proteção em favor de idosos em situação de risco, haja vista relatos de falta de entendimento entre setores das Secretarias de Saúde e Assistência Social do Município. INVESTIGADO(S): Município de Panambi. LOCAL DO FATO: Panambi.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01524.000.113/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Augusto Squarça. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: Assegurar a adequada prestação dos serviços públicos de saúde mental (até então de responsabilidade do Hospital Abosco), instando-se a FUMSSAR, responsável pela gestão de tais serviços, a evitar solução de continuidade e prejuízo aos pacientes. INVESTIGADO(S): Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa - FUMSSAR. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 09 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 244/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00853.00225/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: INVESTIGADO(S): Recanto do Idoso - Luis Edegar Amaro Amaral – Me. LOCAL DO FATO:

Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00873.00027/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlio César Maggio Stürmer. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo. OBJETO: APURAR A FALTA DE ITENS DE ACESSIBILIDADE NOS VEÍCULOS DA EMPRESA DE TRANSPORTES RESPONSÁVEL PELA LINHA ENTRE-IJUÍ-SANTO ÂNGELO. INVESTIGADOS(S): Gerson Moises Schadek e Gms Transportes Coletivos e Turismo. LOCAL DO FATO: Entre-Ijuís (sede da empresa).

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.178/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar as condições de acolhimento e acessibilidade do Albergue Monsenhor Felipe Diel. INVESTIGADO(S): Albergue Monsenhor Felipe Diel. LOCAL DO FATO: Albergue Monsenhor Felipe Diel, Porto Alegre - RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.167/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Memo. 06/2018 - Cópia PAP.01128.00329/2011 para instaurar Inquérito Civil.. INVESTIGADO(S): ILPI Lar do Idoso Hoffmann e Rojas Ltda (Residencial Vovó de Ipanema). LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.211/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar possíveis irregularidades na ILPI Anderson Egres Araujo ME., nome fantasia "Doce Lar da Vovó", localizada na Av. Juca Batista, n. 460, bairro Ipanema, nesta Capital. INVESTIGADO(S): ILPI Doce Lar da Vovó. LOCAL DO FATO: Av. Juca Batista, n. 460, bairro Ipanema, nesta Capital.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.387/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: averiguar irregularidades na ILPI Casa de Repouso Lar Luz e Vida Ltda., apontadas pela CGVS/SMS na Notificação n. 23.865 e respectivo termo anexo (evento 03 p. 28 e ss.), bem como pela PJDDH na visita realizada em 2018 (evento 03, p. 3 e ss.). INVESTIGADO(S): ILPI Casa de Repouso Lar Luz e Vida Ltda. LOCAL DO FATO: Rua Tenente Ary Tarragó, n. 2925, bairro Protásio Alves, nesta Capital.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO:



Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.203/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Gerontologia Nossa Senhora Aparecida Ltda., apontadas pela CGVS/SMS nas Notificações n. 20750 e 23851 (evento 03), bem como pela PJDDH nas visitas realizadas em 2017 (evento 03) e 2018 (evento 24). INVESTIGADO(S): ILPI Gerontologia Nossa Senhora Aparecida Ltda. LOCAL DO FATO: localizada Rua Marcos Fichbein, 17, bairro Vila Ipiranga, nesta Capital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 12 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 247/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/auditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01658.000.203/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Gomes Taborda. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. OBJETO: Acompanhar a forma como está ocorrendo a realização de cirurgias de alta complexidade em Caçapava do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Caçapava do Sul. LOCAL DO FATO: Caçapava do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01740.000.566/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Cerro Largo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Luis Negrão Duarte. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo. OBJETO: Acompanhar as políticas públicas de saúde no Município de Cerro Largo. INVESTIGADO(S): Município de Cerro Largo. LOCAL DO FATO: Cerro Largo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00025/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar irregularidades na drogaria Nicolas Braian Fraga Antunes e Cia LTDA. INVESTIGADO(S): Nicolas Braian Fraga Antunes e Cia Ltda. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00795.00003/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Ijuí.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rosélia Vasconcellos Brusamarelo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária. OBJETO: Investigar irregularidades quanto às caixas de água e reservatórios utilizados pelo presídio estadual de santo cristo. INVESTIGADOS(S): Estado do Rio Grande do Sul e Superintendência dos Serviços Penitenciários. LOCAL DO FATO: Ijuí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00134/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cassiano Pereira Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Cassiano Pereira Cardoso. OBJETO: Acompanhar as discussões intersetoriais e deliberar sobre a adequada destinação institucional a ser dada aos idosos portadores de transtornos mentais, Instituição de Longa Permanência de Idoso - ILPI, ou Instituição de Longa Permanência Terapêutica - ILPT, no âmbito das políticas públicas de atenção ao idoso e de atenção psicossocial. Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01866.000.556/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. OBJETO: Ofício oriundo da Defensoria Pública relatando a prática de maus-tratos, por parte de Marlice Fátima Siqueira, contra sua mãe Teresinha Siqueira, idosa. INVESTIGADO(S): Marlice Fatima Siqueira. LOCAL DO FATO: Santa Bárbara do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01866.000.491/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul. OBJETO: Situação de vulnerabilidade que vive a idosa. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santa Bárbara do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00870.000.137/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Meirelles Caldas. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Apurar surto de Sarcosporidiose nos animais abatidos no frigorífico SIMUR e outros. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santa Vitória do Palmar/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01618.000.224/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mauricio Sanchotene de Aguiar. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul. OBJETO: Apurar o regular fornecimento de medicamentos e insumos em geral na rede de saúde municipal de Sapucaia do Sul, constando como reclamantes a senhora Cenira Franca Romeiro, a Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul e a senhora Andressa Bergamo e como investigado o Município de Sapucaia do Sul.



INVESTIGADO: Município de Sapucaia do Sul. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00059/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar qual fluxo observa a Secretaria Municipal de Saúde em relação às denúncias, constatações e solicitações de providências que envolvam situações individuais que demandam a intervenção de outros serviços, sejam de saúde ou de assistência social, com vistas à formalização, aprimoramento e integração ao roteiro de outros organismos municipais. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00433/2012. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Fiscalização permanente de ILPI na sociedade de hotéis Piratini Ltda - Hotel Residencial LA VIE ROSE, localizado na estrada João Salomoni, n. 859, bairro vila nova, nesta capital. PARTES: Sociedade de hotéis PIRATINI Ltda - hotel residencial LA VIE ROSE. LOCAL DO FATO: Porto Alegre/RS. VISTORIADO(S): Sociedade de Hotéis Piratini Ltda - Hotel Residencial La Vie Rose. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 16 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 252/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01658.000.634/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Gomes Taborda. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. OBJETO: Investigar se os consultórios odontológicos do Município de Santana da Boa Vista atendem as exigências de biossegurança do Conselho Regional de Odontologia. INVESTIGADO(S): Município de Santana da Boa Vista. LOCAL DO FATO: Santana da Boa Vista.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01754.000.649/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA:

Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Eduardo Schröder Prediger. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Uma nova casa geriátrica foi instalada no município de Encantado, cujo nome é Casa Geriátrica Lar Lavínia Fraga, tem como proprietária a Sra. Dalva Maria dos Santos de Fraga. A casa encontra-se na Rua Sete Irmãos, n. 35, Bairro Centro, neste Município. INVESTIGADO(S): Casa Geriátrica Lar Lavínia Fraga, Dalva Maria dos Santos de Fraga (Proprietária do lar). LOCAL DO FATO: Encantado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01608.000.080/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Andrea Almeida Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. OBJETO: PA Permanente para acompanhar a casa geriátrica Vovó Haus, Município de Bom Retiro do Sul/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Bom Retiro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01610.001.007/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Celso Pedro Stein. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização da ILPI Doce Lar dos Avós - Rochiele Severo Nogueira Braga. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Pareci Novo/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01610.001.019/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Celso Pedro Stein. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização da ILPI Associação Lar Sagrada Família. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Montenegro/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01610.001.012/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Celso Pedro Stein. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização da ILPI Sociedade de Beneficência e Caridade de Brochier - Hospital São João. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Brochier/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01610.001.013/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Celso Pedro Stein. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização da ILPI Hospedaria Carvalho. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Montenegro/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01610.001.011/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Celso Pedro Stein. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Montenegro. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização da ILPI Sociedade Abrigo e Pão dos Pobres. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Montenegro/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00815.00016/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Maria Giongo. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar elementos para a indicação dos investigados e correta identificação do objeto do fato narrado na alínea "f" - possível não realização de exames. Local: Novo Hamburgo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00850.000.065/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Quaraí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Eduardo Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí. OBJETO: Memo. Circ. n. 009/2018-CAODH, verificar se Quaraí aderiu ao programa e sua implementação. INVESTIGADO(S): Município de Quaraí. LOCAL DO FATO: Quaraí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00850.000.154/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Quaraí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Eduardo Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí. OBJETO: PA - Acompanhamento da Liga Quaraíense de Amparo à Velhice (antigo PA.00850.00080/2010). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Quaraí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00862.00172/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Catiuce Ribas Barin. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Fiscalização permanente do Estabelecimento para Permanência Diurna de Pessoas Idosas (EPDPI) - Recanto dos Beija-Flores - Espaço-Dia, situada na Rua Jorge H. Eichenberg, n. 170, Bairro Universitário, em Santa Cruz do Sul - RS. VISTORIADO(S): Epdpi Recanto dos Beija-Flores - Espaço-Dia. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00040/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Realização de partos insuficientes pelo Hospital Casa de Saúde de Santa Maria. INVESTIGADOS: Estado do Rio Grande do Sul e Município de Santa Maria/RS. LOCAL DO FATO: Santa Maria/RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00021/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Violência obstétrica no Hospital Casa de Saúde de Santa Maria. INVESTIGADO: Hospital Casa de Saúde de Santa Maria. LOCAL: Santa Maria/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01706.000.219/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camilo Vargas Santana. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: acompanhar a atuação da Assistência Social de Caraá, diante da ausência de resposta às requisições feitas pelo Ministério Público. INVESTIGADO(S): Município de Caraá. LOCAL DO FATO: Caraá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.000.276/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Raquel Isotton. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. OBJETO: Omissão do Poder Público Municipal na manutenção das vias públicas localizadas na Rua Venceslau Fontoura e Rua Campo Grande, Bairro Jardim Santa Rita, no Município de Guaíba/RS. INVESTIGADO(S): Município de Guaíba. LOCAL DO FATO: Rua Venceslau Fontoura e Rua Campo Grande, no Município de Guaíba/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.480/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Discriminação por gênero - Premiere Gramado 2017. . INVESTIGADO(S): Just Fun Entretenimento Ltda., JS Total Comércio, FT 2 Entretenimento e serviços Ltda - Provocateur. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.712/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 4º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Verificar a acessibilidade e a disponibilidade de ingressos para deficientes em quantidade adequada no show de Roger Waters e em outros que ocorrerão no Estádio Gigante da Beira Rio. INVESTIGADO(S): T4F Entretenimento. LOCAL DO FATO: Estádio Beira Rio - Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.109/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7ª cargo de Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Michele Carvalho, objeto nome de fantasia Residencial Zona Sul, apontadas pela



CGVS/SMS na Notificação n. 22870 (evento 3) e no relatório de 31.08.18 (evento 22). INVESTIGADO(S): ILPI Michele Carvalho, nome de fantasia Residencial Zona Sul. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.437/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a veracidade da notícia de que inexistente vaga de estacionamento reservada à pessoa idosa. INVESTIGADO(S): WMS Supermercado do Brasil Ltda., Faculdade Senai de Tecnologia. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.847/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Anderson Luiz Oliveira Bobsin, nome de fantasia "Asilo Nossa Senhora Aparecida", apontadas pela CGVS/SMS na Notificação n. 25690. INVESTIGADO(S): Anderson Luiz Oliveira Bobsin (Lar Nossa Senhora Aparecida). LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.855/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Residencial Santa Clara Ltda., CNPJ n. 24.903.956/0001-61, apontadas pela CGVS/SMS na Notificação n. 25689 e TAN. INVESTIGADO(S): ILPI Residencial Santa Clara, estabelecida na Rua Carajá, n. 350, bairro Assunção, nesta Capital. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01220.00020/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Simone Annes Keunecke. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. OBJETO: Acompanhar e fiscalizar as unidades assistenciais do Município de Cachoeirinha, que acompanham a população em situação de rua. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 21 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 256/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional

do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01604.000.644/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Camaquã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fabiane Rios. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 26. OBJETO: Apurar o funcionamento da Casa Lar, em Camaquã. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Camaquã.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01604.000.642/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Camaquã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fabiane Rios. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 26. OBJETO: Apurar o funcionamento do Albergue Municipal de Camaquã, em Camaquã. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Camaquã.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01774.000.259/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Gramado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Natália Cagliari. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado. OBJETO: Relata que seu esposo, idoso, é cadeirante e enfrenta dificuldades de locomoção no Município de Gramado, uma vez que a acessibilidade é deficitária. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Gramado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01900.000.062/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapes. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 10. OBJETO: Averiguar e promover condições de distribuição de água aos moradores da Zona Rural de Sentinela do Sul, especialmente na Localidade Passo das Pedras. INVESTIGADO(S): Município de Sentinela do Sul. LOCAL DO FATO: Sentinela do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.525/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a demanda reprimida para realização do exame de ecografia mamária. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00082/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Associação Servos da Caridade (Lar Dom Guanella), apontadas pela



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

CGVS/SMS na Notificação n. 14494 e respectivo termo anexo (fls. 05/13), bem como na Denúncia Disque Humanos n. 1032108 (fl. 115). INVESTIGADO(S): ILPI Associação Servos da Caridade, nome de fantasia "Lar Dom Guanella, inscrita no CNPJ n. 92.874775/0018-52, estabelecida na Rua Tenente Ary Tarrago, n. 1281, bairro Protásio Alves, nesta Capital. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01538.000.309/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Osório. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Cesar Gonçalves Balaguez. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório. OBJETO: Cópia integral do IC.01538.000.146/2018 referente à ILPI MD QUADROS KRAS CASA DE REPOUSO-ME, para fins de instauração de PA Permanente de Acompanhamento da ILPI. INVESTIGADO(S): MD QUADROS KRAS CASA DE REPOUSO-ME. LOCAL DO FATO: Osório.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 258/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01746.000.298/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Crissiumal. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Adriano de Almeida Arbo. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Crissiumal. OBJETO: Denúncia feita por Ulises Rafael Szmir sobre irregularidades junto a SMS de Crissiumal. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Crissiumal.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01690.001.060/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Discutir questões referentes aos valores repassados pelo Município de Frederico Westphalen a título de sobreaviso e a expansão das referências médicas. INVESTIGADO(S): Município de Frederico Westphalen. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00815.00120/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Juliana Maria Giongo. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da

Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo. OBJETO: Referente Resolução CIB/RS 30/2004, que estabelece a todos os municípios os procedimentos de vigilância sanitária (art. 2º), dentre estes a inspeção de estabelecimentos de baixa complexidade. VISTORIADO(S): Clínica Impacto. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00038/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Verificar se o Tomógrafo do Hospital da Brigada Militar de Santa Maria recebe manutenção, inclusive calibração, adequadas de modo a não expor pacientes a doses de radiação além das recomendadas e se assim se encontrava na data de 11/08/2018. INVESTIGADOS(S): Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01910.000.492/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três de Maio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Zimmer. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio. OBJETO: Atendimento realizado com a equipe do Hospital São Vicente de Paulo de Três de Maio para tratar de vários assuntos relacionados à saúde pública e procedimentos hospitalares. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Três de Maio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01814.000.417/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Planalto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Mendonça Pinto dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto. OBJETO: Acompanhamento da situação referente à capacidade financeira do Hospital municipal de Planalto, administrado pela Sociedade Beneficente Nossa Senhora Medianeira. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Planalto/RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00140/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: averiguar a demora nas consultas em neurologia pelo Município de Porto Alegre. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre, por sua Secretaria Municipal da Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00185/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Objeto: investigar a infraestrutura, os recursos humanos, processos de trabalho, higiene, adequação as normas da ANVISA e outras de caráter sanitário, cumprimento das portarias e resoluções do



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

Ministério da Saúde, Estado do Rio Grande do Sul e Município de Porto Alegre relacionadas à área da saúde. INVESTIGADO(S): Hospital São Lucas da PUCRS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.717/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Apurar a não aplicação do percentual mínimo constitucional da RLIT nas Ações e Serviços Públicos de Saúde no exercício 2016 pelo Estado do Rio Grande do Sul. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Estado do Rio Grande do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 27 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 259/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01716.000.508/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arroio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Maria Scholl Levien. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande. OBJETO: Acompanhamento de entidades de acolhimento de pessoas em situação de rua. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Arroio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00143/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Apurar as razões da demora na inclusão de famílias em atendimento PAEFI/CREAS. INVESTIGADO(S): Fundação de Assistência Social - FAS. Local do fato: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00144/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Investigar eventuais problemas na prestação de serviços pela APADEV a seus usuários. PARTES REPRESENTANTES: Márcio José Cândido da Silva, Luciano Lima da Silva, Luciano Caetano Gonçalves.

INVESTIGADO(S): Associação dos pais e amigos dos deficientes visuais de Caxias do Sul - APADEV. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00147/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Apurar irregularidades quanto ao acesso à gratuidade, aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, do transporte interestadual, em desconformidade com art. 40 da Lei n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e art. 3º do decreto n. 5.934. INVESTIGADO(S): Empresa de Transportes Nossa Senhora da Penha. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01591.001.300/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Procedimento de acompanhamento de fiscalização permanente do Residencial Geriátrico Villa Ronna - Instituição de Longa Permanência para Idosos - Convertido do PA.00914.00028/2017 no SGP. INVESTIGADO(S): Villa Ronna Residencial Geriátrico. LOCAL DO FATO: Torres.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.00048/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Joao Claudio Pizzato Sidou. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. OBJETO: Prefeitura municipal de Alvorada não fornece atendimento odontológico na UBS Intersul por falta de manutenção dos equipamentos do consultório dentário. Os dentistas não podem prestar atendimento porque a prefeitura não agiliza o conserto ou compra dos aparelhos do consultório dentário para UBS. INVESTIGADO(S): Município de Alvorada LOCAL DO FATO: Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.271/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Apurar a Resolução CES/RS 08/2017, rejeita a Proposta Orçamentária encaminhada pelo Governo do Estado, em razão da não aplicação do percentual de 12% da RLIT em Ações e Serviços Públicos de Saúde. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

BOLETIM N. 263/2018

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00148/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Apurar irregularidades quanto à demora na realização de consultas médicas na especialidade de psiquiatria no município de Caxias do Sul/RS. INVESTIGADO: Secretaria Municipal da Saúde. REPRESENTANTE(S): Santina Ferreira da Silva. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00150/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: apurar irregularidades quanto à demora na realização de consultas médicas na especialidade de angiologia/cirurgia vascular no município de Caxias do Sul/RS. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde. REPRESENTANTE(S): Santina Ferreira da Silva. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00151/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Apurar irregularidades quanto à demora na realização de consultas médicas na especialidade de neurologia no município de Caxias do Sul/RS. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal da Saúde. REPRESENTANTE(S): Santina Ferreira da Silva. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00147/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Fiscalizar o Abrigo Institucional para Adultos e Famílias. VISTORIADO(S): Abrigo Institucional Para Adultos e Famílias LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00026/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a venda de óculos de grau e medicamentos sem procedência no camelódromo localizado no centro de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.

DO PROCEDIMENTO: 00784.00027/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janine Rosi Faleiro. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a existência de funcionamento de Centro de Reintegração Moriá Ltda. INVESTIGADO(S): Centro de Reintegração Moriá Ltda. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00914.000.370/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Procedimento de acompanhamento da fiscalização da Associação Lar dos Velhinhos de Torres - SLAVE - Instituição de Longa Permanência para Idosos. INVESTIGADO(S): Associação Lar dos Velhinhos de Torres - SLAVE. LOCAL DO FATO: Torres.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00047/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Residencial Geriátrico Rio Branco - Matriz, apontadas pela CGVS/SMS nas Notificações n. 15864 e respectivo termo anexo (fls. 07/12), e n. 23362 (fl. 83). INVESTIGADO(S): ILPI Residencial Geriátrico Rio Branco Ltda. - MATRIZ, nome de fantasia "Residencial Geriátrico Rio Branco", inscrita no CNPJ n. 01.501.776/0001-58, estabelecida na Rua Cônego Viana, n. 156, bairro Rio Branco, nesta Capital. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de Novembro de 2018.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 132/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 11 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 01) Processo n. 01633.000.068/2018: Objeto: averiguar denúncia poluição sonora causada por Igreja Assembleia de Deus na Rua Padre Pedro Leonardi, n. 324, Quinta Unidade Restinga, nesta Capital. 02) Processo n. 01633.000.716/2016: Objeto: apurar possíveis danos



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

ambientais causados pelos estabelecimentos denominados Botekas Lanche e Santo Bar, ambos localizados na Av. Heitor Vieira n.s 438 e 444, Belém Novo, nesta Capital. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí:** 03) Processo n. 01784.000.250/2018: Objeto: vizinho que usa veneno em suas plantações próximas, que está matando também as plantas da idosa, causando-lhe inclusive mal estar. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 04) Processo n. 01623.000.048/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 05) Processo n. 01623.000.050/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 06) Processo n. 01623.000.055/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 07) Processo n. 01623.000.056/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 08) Processo n. 01623.000.058/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 09) Processo n. 01623.000.067/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 10) Processo n. 01623.000.071/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 11) Processo n. 01623.000.073/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 12) Processo n. 01623.000.077/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 13) Processo n. 01623.000.080/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 14) Processo n. 01623.000.089/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 15) Processo n. 01623.000.091/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 16) Processo n. 01623.000.092/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 17) Processo n. 01623.000.093/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 18) Processo n. 01623.000.110/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 19) Processo n. 01623.000.111/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas.

20) Processo n. 01623.000.112/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 21) Processo n. 01623.000.114/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 22) Processo n. 01623.000.115/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 23) Processo n. 01623.000.121/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 24) Processo n. 01623.000.124/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. 25) Processo n. 01623.000.126/2017: Objeto: pagamento indevido de diárias, mediante artifícios institucionalizados, na forma de diárias remuneratórias, diárias cruzadas e diárias fraudulentas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões:** 26) Processo n. 02383.000.105/2017: Objeto: supressão de vegetação nativa rasteira herbácea campestre do Bioma Pampa, fora de APP, sem prévia licença ambiental, atingindo 23,42 hectares, aproximadamente, para fins agrícolas. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 27) Processo n. 01688.000.321/2018: Objeto: apurar deficiência na prestação de serviço público, no que se refere à atuação dos Conselheiros Tutelares de São Martinho. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapejara:** 28) Processo n. 01587.000.105/2018: Objeto: auto de Constatação Ambiental n. 012/2018, da PATRAM de Erechim, dando conta da prática de crime ambiental por Zigomar Bissoto, consistente em poluição ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz:** 29) Processo n. 01595.000.028/2016: Objeto: notícia de irregularidades na produção, industrialização e transporte de produtos de origem animal, por parte de Nestor Gressler, em Vale do Sol. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 30) Processo n. 01920.000.396/2018: Objeto: apurar eventual improbidade administrativa no Município de Cotiporã - Licitação direcionada para compra de veículo sob justificativa de padronização de frota. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 31) Processo n. 01631.001.828/2018: Objeto: possível comercialização de produto impróprio ao consumo (gasolina) - Posto localizado no Município de Rio Grande. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca:** 32) Processo n. 01738.000.196/2017: Objeto: supressão de vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica, atingindo floresta em estágio avançado de regeneração, sem autorização do órgão ambiental competente, em uma área de aproximadamente 0,4 hectare. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas:** 33) Processo n. 01644.000.419/2016: Objeto: apurar possível irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias pelo Município de Charqueadas. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

de Justiça de Jaguarão: 34) Processo n. 01698.000.040/2017: Objeto: programa Segurança Alimentar - Casa de Carnes Jaguarão. 35) Processo n. 01698.000.041/2017: Objeto: programa Segurança Alimentar - Açougue La Joya. 36) Processo n. 01698.000.104/2018: Objeto: trata-se de Auto de Infração lavrado durante a realização de força-tarefa nesta cidade, do Programa de Segurança Alimentar. 37) Processo n. 01698.000.509/2018: Objeto: acompanhamento da regularização, perante o GSVG, de empresas de vigilância não armada na Comarca de Pelotas. 38) Processo n. 01698.000.511/2018: Objeto: acompanhamento da regularização, perante o GSVG, de empresas de vigilância não armada na Comarca de Pelotas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 39) Processo n. 01802.000.529/2018: Objeto: boletim de Ocorrência Ambiental lavrado pela PATRAM em razão de corte e supressão de vegetação nativa secundária. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Porto Xavier:** 40) Processo n. 01818.000.954/2017: Objeto: apurar a prática de eventual ato de improbidade administrativa decorrente de fracionamento irregular e de indevida dispensa de licitação pelo Município de Porto Xavier, relativamente à Empresa Gráfica Wilma, no ano de 2017. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ronda Alta:** 41) Processo n. 01860.000.522/2018: Objeto: apurar o uso de água proveniente de um poço artesiano comunitário, situado no Distrito Industrial de Ronda Alta, para atividade de lavagem de veículos, sem outorga ou dispensa fornecida pelo órgão ambiental competente. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 42) Processo n. 01631.000.754/2017: Objeto: práticas abusivas contra consumidores - produtos comprados e não entregues. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 43) Processo n. 01633.000.048/2015: Objeto: denúncia de descumprimento de TAC pela ABEC (Associação Beneficente de Empregados em Comunicação), na Rua José Alencar n. 1065, nesta cidade. Obs: Inquérito Civil sobre assunto arquivado (IC.70/2000). **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 44) Processo n. 01623.000.040/2016: Objeto: suposta quebra do princípio da impessoalidade na contratação de empregados terceirizados para prestar serviços nas agências do Sistema Nacional do Emprego (SINE) vinculadas ao Município de Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 45) Processo n. 01631.001.903/2018: Objeto: possível comercialização de produto impróprio ao consumo (Óleo Diesel B S10 Comum), no município de Porto Alegre. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Catuípe:** 46) Processo n. 01764.000.019/2016: Objeto: investigar sementes contendo o componente carbofurano, agrotóxico de utilização proibida, encontradas na Empresa C Vale Cooperativa Agroindustrial. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo:** 47) Processo n. 01740.000.102/2017: Objeto: realização de capina química. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen:** 48) Processo n. 01690.000.368/2017: Objeto: fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às

alterações realizadas pelo Decreto n. 53.304/2016 no Decreto n. 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde n. 66/2017 e n. 146/2017. 49) Processo n. 01690.000.369/2017: Objeto: fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto n. 53.304/2016 no Decreto n. 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde n. 66/2017 e n. 146/2017. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Porto Xavier:** 50) Processo n. 01818.000.823/2017: Objeto: investigar o corte e a supressão de vegetação nativa no Bioma Mata Atlântica, ocorridos na localidade de Linha Primeira, interior do Município de Porto Xavier, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 51) Processo n. 01872.000.475/2018: Objeto: irregularidade apontada em Relatório do LARP/UFMS quanto a resíduo de agrotóxico encontrado em produtos alimentícios adquiridos em 12/09/2017 no Supermercado Dia de São Francisco de Paula. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Cai:** 52) Processo n. 01882.000.246/2017: Objeto: meio ambiente - constatação de prática de crime ambiental no município de São Sebastião do Cai. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 53) Processo n. 01631.001.621/2017: Objeto: danos aos consumidores na contratação de plano de saúde mediante subcontratação com informações cadastrais falsas sobre os endereços dos participantes de suposta entidade associativa. 54) Processo n. 01631.002.307/2018: Objeto: possível produção e comercialização de Combustível (Óleo Diesel S10 Comum) no Município de Farroupilha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 55) Processo n. 01600.000.014/2018: Objeto: relatório Ambiental da Patram noticiando delito ambiental pelo funcionamento de oficina mecânica sem licença do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen:** 56) Processo n. 01690.000.281/2017: Objeto: fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto n. 53.304/2016 no Decreto n. 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde n. 66/2017 e n. 146/2017. **Encaminhado por Designação Excepcional - Paulo da Silva Cirne:** 57) Processo n. 01772.000.172/2017: Objeto: abertura de drenos em áreas úmidas e de nascentes, com o objetivo de mudança das condições do solo para cultivo de cultura agrícola. 58) Processo n. 01772.000.360/2018: Objeto: cisão do IC.00781.00002/2006. Apurar prática de ilícito ambiental decorrente do depósito de resíduos sólidos urbanos, de construção civil e pneumáticos que seriam utilizados para fechar um voçoroca de grande porte que desemboca em uma nascente d'água, no Assentamento Giruá 3, Rincão dos Coimbras, interior de Giruá. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 59) Processo n. 01698.000.059/2017: Objeto: programa Segurança Alimentar - Paraíso Center. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-me-**



toque: 60) Processo n. 00810.000.156/2018: Objeto: segurança Alimentar - apurar irregularidades nas relações de consumo, pela comercialização de produtos impróprios para o consumo humano - alimentos sem procedência e sem rotulagem -, praticadas pelo estabelecimento Mercado do Gringo (Rosseto & Cervo. Ltda. - ME). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 61) Processo n. 01798.000.371/2017: Objeto: notícia de atos de improbidade administrativa cometidos, em tese, pela Secretária de Educação de Trindade do Sul, Sra. Cassíndia dos Santos, consistentes em assédio moral de professoras da rede municipal de ensino. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 62) Processo n. 01802.000.239/2017: Objeto: corte de vegetação nativa em APP - descumprindo a LO obtida. 63) Processo n. 01802.000.441/2017: Objeto: regularização do Loteamento Zanella - Nova Bassano. **Encaminhado por Designação Excepcional - Paulo da Silva Cirne:** 64) Processo n. 01820.000.042/2018: Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do vazamento de combustíveis na Comercial de Combustíveis Tamandaré (Posto Schell), nesta cidade (antigo RD 63/2017). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 65) Processo n. 01872.000.157/2017: Objeto: queima de campo nativo, sem possuir licença do órgão ambiental competente. 66) Processo n. 01872.000.484/2017: Objeto: possíveis danos ambientais à unidade de conservação estadual Estação Ecológica Aratinga. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 133/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 11 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 01) Processo n. IC.00833.00016/2016: Objeto: apurar denúncia de maus-tratos e comercialização de animais em residência localizada na Rua Mercedes Azzolini, n. 401, (antiga Rua 6), Bairro Ponta Grossa, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 02) Processo n. IC.01128.00012/2017: Objeto: averiguar não conformidades constatadas pela CGVS na Unidade Básica de Saúde São José. 03) Processo n. IC.01128.00130/2017: Objeto: terceirização das atividades do Hospital Presidente Vargas. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e**

Defesa da Ordem Urbanística: 04) Processo n. IC.01202.00028/2016: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da instalação de trailers e uma barraca de alvenaria, que funcionam como lancheria e bar, além de um banheiro, sobre o passeio público na Rua Panamá, em frente aos números 151 e 163, Bom Jesus, nesta Capital. Investigados: proprietários dos equipamentos instalados sobre o passeio público. Interessado: José Valdecir Duarte de Almeida. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 05) Processo n. IC.00718.00124/2014: Objeto: apurar a prática de irregularidades administrativas no âmbito do Poder Executivo de Bagé, consistente em concessão indevida de funções gratificadas e de cargos em comissão, bem como existência de desvios de função, sem ato administrativo justificador e fora das exceções constitucionais e legais, práticas administrativas em desconformidade com a CF/88 e com o texto constitucional estadual. Investigado: Município de Bagé. Local: Bagé. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 06) Processo n. IC.00726.00003/2012: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente do plantio de eucalipto em área de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, tendo como investigado Silviomar Vicente da Costa, no Rincão da Salete, no município de Caçapava do Sul/RS. 07) Processo n. IC.00726.00009/2007: Objeto: fito de investigar o corte de árvores nativas em desacordo com a licença ambiental concedido pelo DEFAP e emprego de fogo, na localidade de Coxilha da Árvore, Fazenda da Guiné, no município de Caçapava do Sul/RS, figurando como investigado Remo Disconzi. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela:** 08) Processo n. IC.00770.00039/2013: Objeto: apurar eventuais ilegalidades/irregularidades na concessão do serviço público de transporte coletivo urbano no Município de Estrela, bem como apurar eventual abusividade nas tarifas cobradas dos usuários. Investigado: Município de Estrela, Rua Júlio de Castilhos, 380, Centro, Estrela. Local: Município de Estrela/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 09) Processo n. IC.00801.00058/2013: Objeto: apurar irregularidades no início de atividades relacionadas ao parcelamento de solo na forma de loteamento, em desacordo com as normas legais. Investigados: Diego Pagotto e Inovar. Local: Lagoa Vermelha - RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado:** 10) Processo n. IC.00802.00023/2017: Objeto: investigar a supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 11) Processo n. IC.01136.00001/2011: Objeto: apuração de deficiências no atendimento educacional disponibilizado a alunos portadores de necessidades especiais em Passo Fundo. Investigados: Município de Passo Fundo; Estado do Rio Grande do Sul. Local: Passo Fundo. **Encaminhado por Designação Excepcional - João Paulo Bittencourt Cardozo:** 12) Processo n. IC.01136.00116/2011: Objeto: verificação da existência e da eventual necessidade de disponibilização e/ou ampliação da oferta de ensino infantil (creche e pré-escola). Investigado: Município de Cerro Grande. Comarca: Rodeio Bonito. Local: Cerro Grande. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:**



13) Processo n. IC.00856.00035/2014: Objeto: apurar eventual dano ambiental, em decorrência de fazer funcionar atividade potencialmente poluidora - lavoura irrigada de arroz -, na invernoada laguna, no interior do campo de instrução São Borja, neste município, sem licença do órgão ambiental competente. Parte: Darci Ênio Rohde. Local: Rosário do Sul/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria**: 14) Processo n. IC.00864.00142/2011: Objeto: assinatura da licença do transporte coletivo sem vistoria dos veículos. Investigados: DAER e Município de Santa Maria. Local: Município de Santa Maria. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana**: 15) Processo n. IC.00922.00012/2012: Objeto: apurar suposta prática de improbidade administrativa por parte de José Francisco Sanchotene Felice, Prefeito Municipal de Uruguaiana, consistente em gastos públicos sem obediência dos ritos legais durante a realização da 36ª Califórnia da Canção Nativa. 16) Processo n. IC.00922.00075/2012: Objeto: investigar possível ato de improbidade administrativa consistente no descumprimento da aplicação mínima de 35% na manutenção e desenvolvimento do ensino, relativamente aos anos de 2009 e 2010. Investigado: José Francisco Sanchotene Felice, Prefeito Municipal de Uruguaiana. Local: Município de Uruguaiana - RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão**: 17) Processo n. IC.00930.00019/2018: Objeto: apurar eventual dano ao meio ambiente, consistente no descarte de resíduos sólidos, localizado na Avenida Vitória Régia, Bairro Querência, em Viamão/RS. 18) Processo n. IC.00930.00034/2014: Objeto: investigar dano ambiental decorrente da instalação e funcionamento de poço como fonte alternativa de abastecimento de água na E.M.E.F. Cristiano Vieira da Silva, localizada na Rodovia RS 040, s/n., Boa Vista, Viamão, RS. 19) Processo n. IC.00930.00050/2018: Objeto: dano à tutela coletiva dos consumidores decorrente do comércio/estoque de produtos impróprios para consumo humano sem origem (nota fiscal), fulcro no art. 18, § 6º, inciso II e III, da lei n. 8078/90. 20) Processo n. IC.00930.00052/2018: Objeto: dano à tutela coletiva dos consumidores decorrente do comércio/ estoque de produtos impróprios para consumo humano. 21) Processo n. PI.00930.00039/2018: Objeto: transporte irregular de carnes em caminhonetes sem refrigeração entre mercados situados em Viamão (Mercado Lisboa, um localizado na Av. Jardim Lisboa, outro não identificado, mas situado no Centro do Município e no Mercado Ferosul, localizado na Rodovia RS-040, parada 56). **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI**: **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves**: 22) Processo n. IC.00723.00032/2012: Objeto: apurar a licitude da contratação da empresa Inovação, Eventos e Serviços Ltda. pela Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Partes: Inovação, Eventos e Serviços Ltda. e Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã**: 23) Processo n. IC.00732.00020/2018: Objeto: verificar a irregularidade no desvio de função de Professores no Município de Camaquã, contrariando a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação (Lei N. 9.394/96), havendo professores ministrando aulas sem a formação exigida.

Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul: 24) Processo n. IC.00748.00048/2018: Objeto: suposto loteamento irregular ou clandestino na localidade de Invernada, Distrito de Vila Oliva, sob Matrícula n. 61.209 do CRI da 2ª Zona de Caxias do Sul. Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta**: 25) Processo n. IC.00754.00046/2012: Objeto: apurar possível infração ambiental decorrente da destruição/supressão de vegetação herbácea típica e abertura/retificação de valetas com presença de água corrente em seu interior às margens de um curso d'água natural, na propriedade de Marcos Bonini, localizada na Linha Cambará, interior do Município de Cruz Alta. Investigado: Marcos Bonini. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela**: 26) Processo n. IC.00770.00013/2018: Objeto: investigar a intervenção mecanizada em área de banhado sem a licença do órgão competente. Investigados: Modesto Bettio; Britagem Cascalheira Eireli – EPP. Local: Estrada Marino Görden, S/N., Linha Santa Rita, Estrela/RS. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha**: 27) Processo n. IC.00801.00088/2013: Objeto: apurar dano em 35 (trinta e cinco) espécies de pinheiro brasileiro. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado**: 28) Processo n. IC.00827.00007/2014: Objeto: acompanhamento do licenciamento ambiental da saibreira localizada na Rua Pedro Alberto Sarubbi, em Pinheiro Machado, bem como cercamento da área. Local: Rua Pedro Alberto Sarubbi, final da Rua Dario Souza. Parte: Município de Pinheiro Machado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul**: 29) Processo n. IC.01139.00012/2016: Objeto: averiguar a situação do atendimento e oferta de vagas na educação infantil do município de Ibarama/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo**: 30) Processo n. IC.00872.00026/2015: Objeto: verificar a regularidade das atividades de leitearia. Local: Rincão dos Dürks, Interior do Município de Eugênio de Castro, RS. Investigado: Enídio Marcks. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto**: 31) Processo n. IC.00876.00005/2013: Objeto: descapoeiramento e desmatamento de árvores nativas, com posterior ateamento de fogo para eliminar os galhos, em área de aproximadamente 4.000 m², atingindo exemplares de Timbós (Ateleia glazioviana), Erva-Mata (Schinus terebinthifolius), Angico-Branco (Albizia niopoides), entre outras não identificadas, sendo que parte da vegetação estava localizada em área de preservação permanente (APP). Investigado: Fioravante Antônio Felipin. Local: Localidade de Pinhalzinho, interior do Município de Santo Augusto/RS. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo**: 32) Processo n. IC.00891.00002/2012: Objeto: irregularidades na administração pública de São Leopoldo. Investigado: Prefeitura Municipal de São Leopoldo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga**: 33) Processo n. IC.00901.00016/2017: Objeto: apurar a regularidade das atividades desenvolvidas pela empresa Irineu A. Epping Churrascaria ME, localizada na Rua Duque de Caxias,390, Centenário, em Sapiranga/RS.



Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul: 34) Processo n. IC.00903.00035/2017: Objeto: apurar irregularidades no funcionamento de estabelecimento de depósito de resíduos perigosos, localizado na RS 118, Km 06, s/n (em frente ao número 4700), em Sapucaia do Sul (RS), constando como investigados Anderson da Silva Oliveira e Mauricio Santos de Freitas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela:** 35) Processo n. IC.00913.00013/2013: Objeto: corte de árvores nativas sem licenciamento ambiental. Local: Localidade Pouso Alegre, Vista Gaúcha. Partes: Vilson André Zanchi. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 36) Processo n. IC.00915.00047/2017: Objeto: oficina mecânica em funcionamento sem as devidas licenças, causando poluição ambiental. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro:** 37) Processo n. IC.00721.00010/2014: Objeto: averiguar possível dano contra o meio ambiente, consistente em remoção arbórea para abertura de açude, sem licença ambiental, em área de preservação permanente. Parte: Daniel Milan. Local: Linha Cavalhada, n. 392, Mariana Pimentel/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 38) Processo n. IC.00723.00012/2016: Objeto: apurar a notícia de insuficiência de leitos pela Rede de Saúde Pública (SUS) em Bento Gonçalves. Investigados: Município de Bento Gonçalves e Estado do Rio Grande do Sul. Local: Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu:** 39) Processo n. IC.00738.00021/2016: Objeto: apurar eventual deficiência na distribuição de água encanada na Vila Zezeco Pereira, neste Município de Canguçu, RS. Investigada: Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Caxias do Sul:** 40) Processo n. PA.01135.00011/2018: Objeto: verificar a oferta de educação inclusiva no ensino fundamental. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 41) Processo n. IC.00762.00059/2014: Objeto: apurar as medidas adotadas pelo Município de Erechim para elaborar e implantar o seu Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em observância à Lei n. 12.594/2012 e à Resolução n. 160/2013 do CONANDA, tendo como investigado o Município de Erechim. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara:** 42) Processo n. IC.00778.00005/2012: Objeto: trata-se de ocorrência de crime de poluição pela construção irregular em área de preservação permanente sem a autorização do órgão ambiental competente. 43) Processo n. IC.00778.00006/2012: Objeto: trata-se de investigação sobre a ocorrência de construção irregular em Área de Preservação Permanente (APP) sem autorização do órgão ambiental competente. 44) Processo n. IC.00778.00007/2014: Objeto: construção irregular em APP. Obra poluidora, sem licença ou autorização de órgãos ambientais competentes. 45) Processo n. IC.00778.00014/2014: Objeto: construção irregular situada em área de preservação permanente. 46) Processo n. IC.00778.00017/2014: Objeto: possível dano ao meio ambiente decorrente da construção irregular em área de preservação permanente - APP, sem licença do órgão

ambiental competente, à margem do Rio Jacuí, no Balneário Monte Alegre em Vale Verde/RS. 47) Processo n. IC.00778.00018/2014: Objeto: possível dano ao meio ambiente decorrente da construção irregular em área de preservação permanente - APP, sem licença do órgão ambiental competente, à margem do Rio Jacuí, no Balneário Monte Alegre, em Vale Verde/RS. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 48) Processo n. IC.00801.00077/2013: Objeto: apurar destruição de vegetação nativa no ecossistema do Bioma Mata Atlântica. Investigados: Delcio Bacega, Orildo Bacega. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul:** 49) Processo n. IC.01139.00014/2016: Objeto: averiguar a situação do atendimento e oferta de vagas na educação infantil do município de Passo do Sobrado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 50) Processo n. IC.00882.00041/2016: Objeto: investigar produto impróprio para consumo (cenoura), devido à presença de resíduos de agrotóxico. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga:** 51) Processo n. IC.00894.00030/2015: Objeto: trata-se de abertura/limpeza de valos em área de preservação permanente sem licença ambiental. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES: Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 52) Processo n. IC.00726.00012/2011: Objeto: averiguar eventual degradação ambiental em área de preservação permanente - Sede Campestre do CTG Pampa e Querência - situada na BR 153 Km 497, interior de Caçapava do Sul, às margens do Rio Camaquã. **Encaminhado por Designação Excepcional - Paulo Estevam Costa Castro Araújo:** 53) Processo n. IC.00743.00015/2017: Objeto: investigar eventual lançamento irregular de esgoto cloacal e ocupação de APP na Rua Duque de Caxias, Bairro São Pedro, Carazinho, RS. Investigado: Município de Carazinho/RS. Representante: Aline Quadros da Silva. Local: Carazinho, RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaquí:** 54) Processo n. IC.00797.00017/2009: Objeto: extração de Recurso Mineral, cascalho e pedra, sem licença ambiental, em local de alagado de barragem e campo. Local: Fazenda Monte Alegre. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 55) Processo n. IC.00801.00096/2013: Objeto: apurar desmatamento de 1,7 hectare de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul:** 56) Processo n. IC.00862.00002/2018: Objeto: investigar suposta irregularidade no pedido de alvará de abertura de Residencial para Idosos e Deficientes Físicos, localizado na Rua Carlos Trein Filho, 709, Centro, Santa Cruz do Sul, RS, por parte da Sra. Maria Ândela Mueller. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 57) Processo n. IC.00882.00061/2016: Objeto: irregularidades no convênio firmado entre o município de São Francisco de Paula e o Hospital de São Francisco de Paula. 58) Processo n. IC.00882.00078/2017: Objeto: investigar suposta irregularidade na terceirização pelo Hospital São Francisco de Paula dos serviços prestados por ambulância ao Município de São Francisco de Paula.



Encaminhado por Designação Excepcional - Pedro Rui da Fontoura Porto: 59) Processo n. IC.00927.00008/2016: Objeto: abaixo-assinado de vizinhos da empresa conhecida como Metalúrgica Freitas, localizada na Rua São João, 1699, Centro, Boqueirão do Leão, RS, a qual estaria ocasionando danos e perturbação do sossego alheio em razão de suas atividades. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 60) Processo n. IC.00832.00136/2013: Objeto: apurar possível comercialização de produto com vício de qualidade. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 61) Processo n. IC.00726.00022/2014: Objeto: apurar fatos referentes à retirada e desvio de materiais que seriam destinados à construção de moradias a famílias de baixa renda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul:** 62) Processo n. IC.00761.00040/2013: Objeto: sigiloso. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 63) Processo n. IC.00929.00022/2013: Objeto: disposição irregular de resíduos sólidos (lodo) em corpo hídrico. Investigada Companhia Rio Grandense de Saneamento - Corsan. Interessado: Município de Veranópolis. Local: Rio Retiro, Veranópolis, RS. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ:** **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 64) Processo n. IC.00748.00091/2017: Objeto: Proteção da Ordem Urbanística - descumprimento de legislação urbanística - Programa Ressanear - Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 65) Processo n. IC.00801.00030/2014: Objeto: apurar o corte de 57 árvores folhosas nativas, sem autorização do órgão ambiental competente. Autor: Odivan Munhon. Local: Vila São Jorge, município de Caseiros/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Everton Luís Resmini Meneses:** 66) Processo n. IC.01234.00018/2016: Objeto: averiguar os fatos relativos à poluição sonora produzida pelo Clube dos Subtenentes e Sargentos da Brigada Militar, localizado na Avenida General Daltro Filho, 1352, Bairro Centro, nesta Cidade, consoante declaração da Sra. Soeli da Rosa Ponte, vizinha do local. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo:** 67) Processo n. IC.00873.00014/2018: Objeto: apurar denúncia do Conselho Regional de Odontologia acerca de irregularidades relativas à biossegurança no âmbito de atendimento dos gabinetes odontológicos do Município de Vitória das Missões/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO COSTA PEREIRA:** **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul:** 68) Processo n. IC.00726.00018/2001: Objeto: investigar eventual inobservância das normas legais das obras de restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção, localizada no município de Caçapava do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul:** 69) Processo n. IC.00728.00038/2017: Objeto: apurar a necessidade de medidas voltadas ao melhoramento da infraestrutura e da segurança de animais, participantes e espectadores de eventos realizados a Pista de Laço do Parque do Sindicato

Rural. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã:** 70) Processo n. IC.00732.00065/2007: Objeto: apurar eventuais irregularidades na liberação de verba pública à empresa Cristal Tabacos Ltda., para implantação de Projeto de Agroindústria, no município de Cristal/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 71) Processo n. IC.00811.00073/2006: Objeto: investigar a contratação de trabalhadores cooperativados do município de Nonoai. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 72) Processo n. PI.00814.00043/2018: Objeto: apurar a possível poluição sonora e o funcionamento indevido em domingos e feriados por parte de uma obra em execução na Rua Gomes Portinho, próximo ao n. 624, em Novo Hamburgo, de responsabilidade da Construtora Winter. Investigado: Construtora Winter Ltda. Local: Rua Gomes Portinho, próximo ao n. 624, Novo Hamburgo. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja:** 73) Processo n. IC.00879.00025/2012: Objeto: apurar a prática, em tese, de atos de improbidade administrativa (arts. 9º a 11 da Lei n. 8.429/92) pelo Prefeito Municipal de São Borja, Mariovane Gottfried Weis, em decorrência das irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado na prestação de contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2006, especificamente quanto ao item 8.4, consistente na aquisição de medicamentos sem prévia licitação, obrigatória em face do montante da despesa constatada. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Uruguaiana:** 74) Processo n. IC.00921.00001/2013: Objeto: apurar os requisitos necessários para a ocupação do cargo de diretor do CASE. **RELATORA: CONSELHEIRA DIRCE CARVALHO SOLER:** **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 75) Processo n. IC.01223.00013/2009: Objeto: investigar corte de árvores nativas sem autorização do órgão competente, na localidade de areias no interior do município de Capão do Cipo. 76) Processo n. IC.01223.00018/2012: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental na Linha Rincão dos Correia, zona rural do Município de Itacurubi, fora de área de APP, em decorrência do corte de 37 exemplares de espécies nativas, dentre elas pitangueira, espinhilo e aroeira, em abuso ao alvará de licenciamento ambiental expedido pelo DEFAP. **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 77) Processo n. IC.01411.00179/2016: Objeto: averiguar as condições de funcionamento e o registro perante os órgãos competentes da Escola de Educação Infantil Criando Arte. Local: Porto Alegre/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre - 9º PJJ, Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, Município de Porto Alegre e Escola de Educação Infantil Criando Arte, situada na Rua Professor Adil Müller Quites, N. 195, Bairro Mário Quintana, Nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 78) Processo n. IC.00832.00019/2016: Objeto: apurar fornecimento de produto com a presença de agrotóxicos em desacordo com as normas regulamentares. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 79) Processo n. IC.00833.00060/2012: Objeto:



apurar descarte de resíduos sólidos em área de Preservação Permanente na Rua da represa n. 715, Bairro Cel. Aparício Borges, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 80) Processo n. IC.01128.00149/2017: Objeto: averiguar a manutenção da expressão "não doador de órgãos e tecidos" nas cédulas de identidade profissional expedidas pelas carreiras jurídicas estaduais, contrariando legislação que revogou a exigência (Lei Federal n.10.211, de 23.03.2001). 81) Processo n. IC.01128.00170/2017: Objeto: averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Gineco Colo Uterino no Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha:** 82) Processo n. IC.00717.00009/2016: Objeto: apurar funcionamento de empresa de secagem e armazenamento e possível poluição sonora, na Rua Alberto Berton, 100, Centro, Arvorezinha. Investigado: Deolindo Fiorese Roman. Local: Arvorezinha-RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 83) Processo n. IC.00723.00009/2018: Objeto: apurar o descumprimento de carga horária pelos funcionários da Fundação Casa das Artes Cristian Bernich e Evandro Mattana, o que ocorreria com a anuência do Secretário Municipal de Cultura Evandro Soares. Partes: Cristian Bernich, Evandro Soares e Evandro Mattana. Local: Bento Gonçalves. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 84) Processo n. IC.00722.00013/2017: Objeto: averiguar possível loteamento irregular referente ao contrato registrado sob o n. 62022. Investigado: Espólio de Atílio Putrick. Local do Fato: Bento Gonçalves/RS. 85) Processo n. IC.00722.00041/2017: Objeto: averiguar dano ambiental por exercer atividade potencialmente poluidora, desprovida de licença ambiental. Investigado: Elio Vieira Machado. Local: Rua Olívio Pelinser, 181, Bairro Vila Nova II, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Alexandre Sikinowski Saltz:** 86) Processo n. IC.00938.00014/2011: Objeto: moradores reclamam que o valor da Contribuição de Melhoria cobrado pela Prefeitura não corresponde com o que foi acordado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá:** 87) Processo n. IC.00938.00009/2013: Objeto: funcionamento da atividade potencialmente poluidora (reciclagem), em área urbana, sem licenciamento do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu:** 88) Processo n. IC.00738.00051/2015: Objeto: apurar possíveis danos ao consumidor e à saúde pública, em decorrência de prescrição de lentes corretivas por pessoa não habilitada. Investigado: Fábio Rodrigues Madruga (chocolate com pimenta), com sede na Rua Franklin Máximo Moreira, 187, Canguçu, RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 89) Processo n. IC.00754.00031/2013: Objeto: apurar possível ocorrência de infração ambiental em razão de fazer funcionar uma madeireira, atividade potencialmente poluidora, de propriedade de Vilson Pedro Goergem, localizada na Rua Celso dos Santos, 729, Bairro São Jorge, nesta Cidade, sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Investigado: Vilson Pedro Goergem. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 90) Processo n. IC.00754.00019/2015: Objeto: apurar

possíveis irregularidades com relação aos cargos de Assessor da Presidência e Assessor Legislativo do Poder Legislativo de Boa Vista do Incra, criados pela Lei Municipal n. 874/2013. Investigado: Município de Boa Vista do Incra. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Espumoso:** 91) Processo n. IC.00765.00013/2012: Objeto: extração de recursos minerais, em especial, pedra de basalto, sem licença e/ou autorização do órgão ambiental competente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela:** 92) Processo n. IC.00770.00012/2018: Objeto: investigar a intervenção em área de preservação permanente sem a licença do órgão competente. Investigado: Nilson de Freitas Filipin. Local: Rua Ermindo Lohmann, Bairro Pinheiros, Estrela/RS. 93) Processo n. IC.00770.00027/2015: Objeto: investigar acerca de poluição ambiental atmosférica e sonora. Investigado: GR pré-moldados (Tegna Estruturas). Local: RST 453, n. 121, Boa União, Estrela/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 94) Processo n. IC.00933.00005/2015: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente da construção irregular em área de preservação permanente. Investigado: Douglas Jonatas Faria Scherer. Local: Igrejinha/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui:** 95) Processo n. IC.00797.00001/2017: Objeto: suspensão do transporte de pacientes que fazem tratamento de saúde fora da sede do município. 96) Processo n. IC.00797.00017/2015: Objeto: fabricação de móveis sem licença de operação do órgão competente. 97) Processo n. IC.00797.00018/2015: Objeto: produção de peças, implementos e acessórios agrícolas sem licença ambiental. 98) Processo n. IC.00797.00028/2013: Objeto: descapoeiramento sem licença ambiental - Parceria Agrícola Triunfo. 99) Processo n. IC.00797.00032/2008: Objeto: atividade de Silvicultura em Área de Preservação Permanente Sem Licenciamento Ambiental. 100) Processo n. IC.00797.00066/2015: Objeto: poço artesiano sem outorga e sem licença operação. 101) Processo n. IC.00797.00085/2015: Objeto: poço artesiano sem outorga e sem licença operação. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado:** 102) Processo n. IC.00802.00012/2018: Objeto: poluição atmosférica. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 103) Processo n. IC.00814.00008/2018: Objeto: apurar possíveis atos de abuso e maus-tratos contra animal da espécie canina na Rua Lindolfo Oscar Becker, n. 226, casa dos fundos, Bairro Lomba Grande, em Novo Hamburgo/RS, praticados, em tese, por Edelci Luiza da Silva. Investigado: Edelci Luiza da Silva. Local: Rua Lindolfo Oscar Becker, n. 226, Bairro Lomba Grande, Novo Hamburgo. 104) Processo n. PI.00814.00027/2018: Objeto: apurar possíveis atos de maus-tratos contra animal da espécie canina na Rua João Meine Filho, n. 160, Primavera, Novo Hamburgo, praticados, em tese, por um senhor chamado Gelson. Local: Rua João Meine Filho, n. 160, Bairro Primavera, Novo Hamburgo. Investigado: Gelson Land. 105) Processo n. PI.00814.00039/2018: Objeto: apurar possíveis atos de abuso e maus-tratos contra animal da espécie canina na Rua Carlos Afonso Braunger, n. 59, Vila Kroeff, em Novo Hamburgo. Local: Rua Carlos Afonso Braunger, n. 59, Vila Kroeff, Novo Hamburgo. Investigado: A apurar. 106) Processo n. PI.00814.00040/2018: Objeto: possível poluição sonora provocada pela empresa



"Nutrifrango", situada na Avenida 1º de Março, n. 1377, Novo Hamburgo. Local: Avenida 1º de Março, n. 1377, Novo Hamburgo. Investigado: Nutrifrango. 107) Processo n. PI.00814.00046/2018: Objeto: apurar possíveis atos de maus-tratos contra animal da espécie canina na Avenida Montevideú, n. 641, Bairro Santo Afonso, Novo Hamburgo, RS. Local: Avenida Montevideú, n. 641, Bairro Santo Afonso, Novo Hamburgo. Investigado: a apurar. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 108) Processo n. IC.01212.00037/2018: Objeto: investigar o desmatamento do Bioma Mata Atlântica, sem licença ambiental do órgão competente, localizado em área de preservação permanente do Morro de Osório. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 109) Processo n. IC.00820.00085/2017: Objeto: adequar o funcionamento da entidade às normas de proteção da criança e do adolescente, em especial às que dizem respeito ao consumo de bebidas alcoólicas, apontando-se como investigado Clube Recreativo Juvenil de Passo Fundo e Cassiano Travi Loureiro ME - Econômico do Clube. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 110) Processo n. IC.00820.00235/2016: Objeto: Urbanismo - Ocupação irregular de bem público, localizado no bairro São Cristóvão, fundos da Escola Estadual Monteiro Lobato, nesta Cidade. Investigado: Município de Passo Fundo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Pelotas:** 111) Processo n. PI.01134.00028/2017: Objeto: investigar o funcionamento irregular da escola de Educação Infantil Amigos do Saber, de propriedade de Melissa Ferreira da Rosa Chollet, localizada na Av. Fernando Osório n. 5115, Três Vendas, Pelotas/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 112) Processo n. IC.00945.00004/2015: Objeto: apurar o desempenho de atividade potencialmente poluidora (suinocultura) sem licença de operação. 113) Processo n. IC.00945.00019/2013: Objeto: supressão de vegetação nativa em desacordo com o alvará de licenciamento. 114) Processo n. IC.00945.00022/2013: Objeto: supressão de vegetação nativa sem licença. Local: Cerro Grande - RS. 115) Processo n. IC.00945.00025/2013: Objeto: supressão de vegetação nativa sem alvará de licenciamento. Local: Linha Três, Pinhal. 116) Processo n. IC.00945.00040/2015: Objeto: apurar supressão de vegetação nativa sem licença ambiental, ocorrida na Linha Palmeira, em Novo Tiradentes/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 117) Processo n. IC.00861.00031/2017: Objeto: apurar a ocorrência de possível dano ambiental pela movimentação de terra, em virtude de construção/execução de obras de estação de tratamento de esgoto (ETE), demasiadamente aproximada da área de preservação permanente (APP) do córrego localizado em área pertencente ao loteamento Blumen Garten, estrada João Alves, em Santa Cruz do Sul/RS. 118) Processo n. IC.00861.00064/2014: Objeto: investigar corte e poda de mata nativa sem autorização da autoridade competente (Camboatá, Açoita Cavalos e Camboim), na localidade de Taquari Mirim, no município de Passo do Sobrado por parte de Marcos Antônio dos Santos. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 119) Processo n. IC.00868.00024/2017: Objeto: instar o estabelecimento

investigado a adequar suas condições sanitárias, não comercializar produtos impróprios para o consumo humano e não funcionar em desacordo com as licenças dos órgãos competentes. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha:** 120) Processo n. IC.00875.00027/2017: Objeto: apurar a irregularidade no estabelecimento Cartucho Drink em razão da inexistência de alvará de funcionamento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões:** 121) Processo n. IC.00947.00001/2016: Objeto: averiguar exercício de atividade potencialmente poluidora, qual seja borracharia, sem licença do órgão ambiental competente, na Rua Bela Vista, n. 3157, Bairro Daer, em Santo Antônio das Missões – RS, tendo como investigado Sr. Viro Borgmann. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 122) Processo n. IC.00876.00018/2012: Objeto: a derrubada de várias árvores nativas em estágio inicial de regeneração natural, para construção de uma estrada em uma área de aproximadamente 120 m² (cento e vinte metros quadrados), atingindo as espécies rabo de bugio, canela, grápia e outras, sem licença do órgão ambiental competente, dentro da propriedade do investigado, situada na Localidade de Esquina Waschter, interior do município de São Martinho. Investigado: o Sr. Ademar Hanauer. Local: São Martinho/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 123) Processo n. IC.00882.00019/2017: Objeto: investigar a queima de campo nativo, sem possuir licença ambiental na ERS 020 – Km 142, Distrito de Azulega, Cambará do Sul-RS, CEP; 95.480-000, constando como investigado Jaime Alceu Machado Covolan. 124) Processo n. IC.00882.00025/2017: Objeto: apurar a retirada e estocagem de Pinhas e sementes de pinhão (Araucária angustifólia), em época de defeso, gerando dano à Estação Ecológica Estadual Aratinga, fato ocorrido na Rodovia Rota do Sol, RS 486 km 01, 1530, Estrada de Contendas, Distrito de Contendas, em São Francisco de Paula-RS, constando como investigado Dalvair Eberhardt. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo:** 125) Processo n. IC.00887.00008/2015: Objeto: apurar a regularidade na revogação da Carta Convite 04/2015, cujo objeto era a contratação de serviços de animação e banda para o carnaval de 2015, tendo como investigado o Município de Arroio dos Ratos, tendo como investigado o Prefeito Municipal. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí:** 126) Processo n. IC.00898.00006/2014: Objeto: investigar a ocorrência de dano ambiental em razão de extração de areia em curso de água (arroio campestre) sem possuir licença ambiental. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 127) Processo n. IC.00907.00027/2017: Objeto: apurar situação de nepotismo junto ao Poder Executivo do Município de Fontoura Xavier/RS (servidores Marilde Alves de Meira, Cristiane da Rosa Meira, Gabrieli Alves de Castro, Gabriel Ortiz Steffens e Elendro Brock). Investigados: José Flávio Godoy da Rosa. Antonio Portela de Castro. Local: Município de Fontoura Xavier. **Encaminhado por Designação Excepcional - Susana Cordero Spode:** 128) Processo n. IC.00915.00023/2017: Objeto: investigar superfaturamento referente o contrato 47/2012 (Realização de Show no Município de Cidreira). 129)



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

Processo n. IC.00915.00032/2017: Objeto: pagamento à empresa Reni Barbosa dos Santos - ME por serviço não prestado, referente ao contrato n. 004/2017 com Município de Cidreira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria**: 130) Processo n. IC.00924.00026/2010: Objeto: apuração de confecção de drenos em área de especial proteção (banhado), sem autorização do órgão competente. 131) Processo n. IC.00924.00073/2014: Objeto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no desmatamento de árvores nativas, incluindo pinheiros da espécie Araucária Angustifolia, atingindo uma área de 0,5ha (zero vírgula cinco hectares), fora de área de preservação permanente, sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Data: 09/05/2014. Local: Capela da Saúde, interior do Município de Monte Alegre dos Campos/RS. Investigado: Sildenei Ferreira Maciel. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis**: 132) Processo n. IC.00929.00027/2016: Objeto: corte de vegetação nativa em APP, desprovido de autorização junto ao órgão ambiental competente. Investigados: Miguel Sachini e Ivandro Márcio Zinda. Local: Linha Tiradentes, barros casal, Veranópolis, RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão**: 133) Processo n. IC.00931.00011/2011: Objeto: investigar eventual lesão a direito difuso à saúde decorrente da não utilização de recursos repassados pelo Fundo Nacional da Saúde para emprego em Ações Básicas de Vigilância Sanitária. Investigado: Município de Viamão. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 134/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 11 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES**: 01) Processo n. PR.00975.00511/2018-7: SIM - Indeferimento - Recurso - NF.01872.000.380/2018 - Objeto: denúncia enviada pela internet consistente no encaminhamento de abaixo-assinado solicitando providências quanto à perturbação do sossego alheio no entorno do Lago São Bernardo. **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ**: 02) Processo n. PR.00975.00709/2018-7: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01623.000.772/2018 - Objeto: apurar supostas irregularidades relacionadas ao exercício da advocacia por parte do ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul Tarso Fernando Herz Genro contra a Fazenda Estadual que o

remunera com subsídio de representação. 03) Processo n. AT.00824.00047/2018: Objeto: desmatamento de área de preservação permanente em Pelotas/RS. 04) Processo n. NT.00852.00027/2018: Objeto: projeto de Lei para alteração da Lei Municipal 7.248/2012. 05) Processo n. RD.00734.00157/2018: Objeto: denúncia do Conselho Brasileiro de Oftalmologia sobre possível exercício ilegal de profissão. 06) Processo n. RD.00930.00128/2018: Objeto: petição inicial e juntada de documentos no CNMP sobre a pavimentação da avenida Vitória Régia e Avenida Gildo de Freitas em Viamão. 07) Processo n. RD.00949.00659/2017: Objeto: denúncia de cobrança irregular de taxas pela UNISC de Capão da Canoa. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 135/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 11 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE**: 01) Processo n. PR.00975.00637/2018-0: SIM - Arquivamento NF - NF.01623.000.853/2018 - TCE 7158-0200/11-5 - Exercício 2011 - PROCEMPA - Item 2.2 do Relatório - Objeto: apurar eventuais irregularidades relacionadas a despesas havidas com a prestação de serviços especializados na área de informática. 02) Processo n. PR.00975.00713/2018-9: SIM - Arquivamento NF - NF.01623.000.622/2018 - Objeto: apurar possível irregularidade na diária de valor de R\$ 883,00, da Deputada Silvana Covatti na cidade de Nonoai para a Romaria Penitencial. 03) Processo n. PR.00975.00827/2018-7: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01894.000.635/2017 - Objeto: documentos apresentados por Tiago Basso da Silva relatando suposta perseguição política. 04) Processo n. PR.00975.00828/2018-5: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01623.001.130/2018 - Objeto: apurar denúncia sobre distribuição de propaganda eleitoral irregular produzida pelo Sindicato dos Municipários - SIMPA, próximo a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dolores Alcaraz Cladas. 05) Processo n. PR.00975.00838/2018-4: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01900.000.122/2018 - Objeto: denúncia enviada pela internet. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES**: 06) Processo n. PR.00975.00644/2018-6: SIM - Arquivamento NF - NF.01806.000.756/2017 - Objeto: não execução de obra pública, pelo Município de Parobé, subsidiada com verba do Governo Federal. 07) Processo n. PR.00975.00663/2018-6: SIM - Indeferimento - Arquivamento NF -



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2512

NF.01595.000.371/2018 – Objeto: NF registrada a partir de intimação do Ministério Público no processo eletrônico n. 9000077- 69.2018.8.21.0160 movido pela empresa POTHIN contra o Município de Vera Cruz alegando irregularidade em licitação. 08) Processo n. PR.00975.00665/2018-1: SIM - Indeferimento - Arquivamento NF - NF.01766.000.398/2018 – Objeto: representação eventuais irregularidades em "Chamada Pública" do Município de Viadutos. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO**: 09) Processo n. PR.00975.00829/2018-3: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01623.000.664/2018 – Objeto: apurar supostas irregularidades da Junta Comercial do Rio Grande do Sul na não emissão de documentos ao proprietário de empresa, os quais são essenciais para a emissão de nota fiscal eletrônica. **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ**: 10) Processo n. RD.00749.00019/2018: Objeto: of. PDP/COORD n. 175/2018 que encaminha Relatório Final de Sindicância Administrativa n. 012/17 - Thuyanna Malu Dias Ribeiro. 11) Processo n. RD.00820.00319/2018: Objeto: documentação referente à Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 136/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 11 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA**: 01) Processo n. PR.00975.00290/2018-8: SIM - IC.01623.000.179/2018 – Objeto: possível prática de improbidade administrativa praticada por ocupante do cargo de Diretor da Divisão de Arborização de Praças e Jardins da SMAM, consistente na agilização da renovação da Autorização Especial de Remoção de Vegetais (AERV) e a emissão do consequente Termo de Compensação Vegetal (TCV) - procedimento administrativo n. 002.225722.00-0 -, em troca de sua permanência no cargo que ocupava, de natureza comissionada. 02) Processo n. AT.01500.00612/2018: Objeto: ref. licitação em março/2018, pelo DAEB, para contratação de um 'cavalinho' para distribuição de água nos bairros. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE**: 03) Processo n. PR.00975.00211/2018-4: SIM - Homologação de arquivamento - IC.00893.000.041/2017 – Objeto: trata-se de Procedimento Investigatório gerado através do PA.00893.00001/2016, a fim de que seja verificada a regularidade do funcionamento e as condições sanitárias do Supermercado Guanabara Ltda. **RELATORA:**

CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ: 04) Processo n. PR.00975.00842/2018-6: Autos do IC.00748.00216/2012 - Objeto: possíveis irregularidades na contratação da empresa JOB – Recursos Humanos Ltda., pelo Município de Caxias do Sul, para prestar serviços de mão de obra temporária para realização do evento Festa Nacional da Uva/2012, consistentes em contratação direta, com dispensa de licitação; fraude na execução do contrato, com possibilidade de que o objeto contratado (prestação de serviços) não tenha sido integralmente cumprido, embora tenha havido o pagamento da totalidade da prestação de serviços, inclusive com acréscimo previsto em Termo Aditivo. Partes: Município de Caxias do Sul e eventuais agentes públicos que tenham dado causa ao fato (investigado). Local: Caxias do Sul. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 137/2018

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 11 de dezembro de 2018, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES**: 01) Processo n. PR.00975.00728/2018-7: SIM - Declinação de Atribuição - NF.01631.000.763/2018 – Objeto: reclama que o valor de estorno do bilhete da Trensurb, nos casos de não utilização no intervalo que vai da aquisição até o fim da operação do dia seguinte, não sofreu correção na mesma proporção do aumento da passagem (R\$3,30), permanecendo em R\$ 1,00, mesmo valor de quando a passagem custava R\$ 1,70. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 04 de dezembro de 2018.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.